



Relatório da Audiência Pública do documento preliminar do Plano Estadual de Educação em Direitos Humanos de São Paulo

Local da Audiência Pública: Rua Francisco Martins, nº 30, Jardim Armênia, Mogi das Cruzes

Responsáveis: Bruno e Priscila

Data: 22/07/2017

Horário: 9h30 – 12h30

Total de participantes: 35

1- Desenvolvimento das atividades:

a) Descrever como ocorreu o início da atividade

Apenas profissionais da Defensoria Pública coordenaram as atividades: os defensores Bruno e Gustavo e a servidoras Maria Carolina e Priscila

A audiência pública teve início às 9h30, com breve introdução sobre a construção do projeto, enaltecendo o papel da sociedade civil. Foi esclarecido sobre as diferenças entre diretriz, objetivo e metas, bem como que o Plano deve observar construção participativa, governabilidade e flexibilidade.

Também foi demandado que se apresentassem por representatividade, tendo sido constatado segmentos da educação, assistência social, população em situação de Rua, “Mães Mogianas”, lideranças religiosas, Polícia Militar, dentre outros.

Foi pontuado que se tratava de uma audiência pública, cujos objetivos e princípios não se confundiam com os de uma conferência. Por essa razão não havia caráter deliberativo, de modo que as propostas aprovadas por maioria dos presentes seriam encaminhadas à coordenação do Plano.

b) Após a Leitura das orientações, houve questionamentos?

Não

c) Apresentação da contextualização da elaboração do documento preliminar do Plano Estadual de Educação em Direitos Humanos de São Paulo. Dúvidas e esclarecimentos?

Feita a contextualização e o histórico de construção do Plano, foram exibidos os vídeos referentes ao Plano Estadual de Educação em Direitos Humanos e às Pré-Conferências da Defensoria Pública. Os/as participantes não fizeram questionamentos, mas ao longo da atividade, em alguns momentos, foi preciso retomar a diferença entre Audiência Pública e Conferência.



5- Outras considerações:

Um/a participante fez considerações gerais sobre a criminalização dos Direitos Humanos, o desgaste da mídia, racismo institucional e a universalização da cultura, enquanto pautas que deveriam constar no documento.

Foi solicitada a alteração do texto para “rede de proteção *social*”, no lugar de “rede de proteção.

Também foi solicitado que se retirasse a referência à homofobia na diretriz 1 do Eixo Educação Superior e que constasse o termo *preconceitos*, no plural.

A audiência pública foi encerrada às 13 horas.